1.4.

Pronuncia acerca da reestruturação organizacional do IPCB

(conforme solicitado pelo Senhor Presidente do IPCB aos Diretores das Unidades Orgânicas)

(Sintética e organizada em tópicos, quanto possível)

1. Reestruturação organizacional como um todo

O diretor e a subdiretora da ESACB têm uma opinião negativa da proposta, como um todo:

a) Onde está provada a necessidade de reestruturar? Pode ser que sim pode ser que não.
b) Identifica-se na instituição dois problemas: falta de recursos financeiros e, talvez, falta de alunos. Algum é resolvido pela atual proposta de reestruturação? (sem resposta)
c) Existe alguma avaliação de custo/beneficio que evidencie, fundamente ou justifique a opção tomada? Desconheço a sua existência.
   A avaliação económica e de custo/benefício é determinante da opção a tomar:
   a. Permite ou contribui para a tomada de decisão;
   b. É essencial para a avaliação da evolução do processo a médio prazo.
d) Ainda que nem todo o suporte à tomada de decisão seja exclusivamente de base económica, esta é fundamental. As decisões não podem e não devem ser tomadas com base em opiniões ou convencimentos. Têm que ser fundamentadas com números. Não há gestão sem números para a fundamentar.
e) Recorde-se que qualquer reestruturação tem custos a curto prazo, no imediato, e só terá proveitos a médio ou longo prazo. Na proposta não estão identificados nem uns nem outros.
f) A instituição está em condições de fazer face aos custos desta reestruturação?
   a. Não sabemos quais são os custos ou se foram efetivamente avaliados.
   b. O financiamento da reestruturação está assegurado? Quem vai financiar? Não concebemos, e esperamos que não esteja a ser equacionada, qualquer opção que envolva alienação de património para execução de uma experiencia.
   c. A reestruturação desde que seja iniciada tem que ser executada até ao fim. Temos disponibilidade económica e financeira para a sua efetivação até a chegada de benefícios, não sabendo qual o período de carência?
g) Posso classificar esta proposta de reestruturação como uma aventura. Enquanto não solidificada a decisão com números é um "jogar em bolsa", mas às escuras, sem fundamentos para a tomada de decisão.
h) Lembro que se falharmos estamos a colocar-nos a jeito para o início daquilo que há muito tempo é desejado por muitos: a reestruturação da rede de ensino superior em Portugal, começando de preferência pelo ensino Politécnico. Até porque a região tem outras opções de ensino superior, ainda que não em Castelo Branco.

2. Proposta de designação dos 9 Departamentos

Nada a opor aos 9 departamentos e à sua designação.

Contudo, o Departamento de Informática deve ser mantido no âmbito de uma escola de tecnologia, associada ou não à escola agrária. A solução proposta na reestruturação encontra paralelismo em outras instituições, mas é muito mais frequente a associação com as tecnologias.

Recordamos o curso ministrado atualmente na EST com a designação Licenciatura em **Engenharia Informática**.

Porquê uma **engenharia** fora do departamento de **Ciências e Engenharia**? Sem qualquer justificação ou vantagem evidente ou óbvia. Então **8 departamentos seriam suficientes**.

3. Proposta de afetação dos docentes aos 9 Departamentos

Nada a opor. Onde estiverem as UC estarão os docentes responsáveis. Parece existir uma flexibilidade razoável que permitirá acomodar algumas opções diferentes das previstas, após solicitação justificada por parte dos docentes.

Neste momento a otimização de pessoal docente realizada ao nível do IPCB, com participação efetiva da presidência, está a dar bons resultados; duvidamos que a afetação dos docentes por oito ou nove departamentos traga vantagens para uma melhor e mais efetiva rentabilização de competências existentes aquando da distribuição de serviço docente e diminuição das necessidades de contratação.

4. Proposta de designação das 4 novas Escolas

(extinção das atuais UO e criação de 4 novas UO)

4.1. Número de escolas no IPCB

Voltamos ao início. Com que base esta opção de quatro novas escolas? Porque não 2 ou as 6 existentes?
Não conseguimos encontrar qualquer justificação objetiva e coerente.
Está errado? Pode não estar, mas não encontro qualquer base para tomada de decisão. Considerando que, como se ouve dizer, a vantagem económica da reestruturação é a redução de alguns cargos com suplemento remuneratório ou com possibilidade de dispensa de serviço docente total ou parcial, então o melhor seria três UO ou até duas, mínimo definido por lei.

Qualquer decisão acerca de escolas a extinguir ou a criar e o seu número:

a) Não pode ser especulativa;
b) Não pode, de forma alguma, parecer satisfazer possíveis interesses pessoais ou de grupo;
c) Tem que ser uma decisão de gestão e não há gestão sem números. Se não é quantificável não é passível de gerir.

4.2. Designação proposta para as novas Unidades Orgânicas:

Três das novas UO mantêm parte da designação, pelo menos um vocábulo identitário:

Escola Superior de **Artes** Aplicadas e **Educação**
Escola Superior de Informática e **Gestão** de Negócios
Escola Superior de **Saúde** e Desporto Dr. **Lopes Dias**
Escola Superior de **Tecnologia** e Inovação territorial.

A Escola Superior Agrária perde a designação identitária: **AGRÁRIA**.

3.4.

Propomos em vez de Escola Superior de Tecnologia e Inovação territorial a designação de Escola Superior Agrária e de Tecnologia ou **Escola Superior Agrária e Tecnologia**.
Relembramos que a Escola Superior Agrária de Castelo Branco completou 40 anos de existência em 2019, tem mais de 4.000 graduados, tem uma história. A sua história é importante, mas pode deixar de justificar a sua existência; as instituições nascem, crescem e podem ser extintas. Mais importante que a história é a sua função na região a sua função na conservação de sistemas de produção naturalmente sustentáveis e indiretamente, através da agricultura, para a manutenção de populações humanas em meio rural. A importância da ESACB passa pelo presente e futuro, pela desertificação humana, pela conservação ou manutenção de processos produtivos que funcionam na redução de riscos de fogo, com ciclos cada vez mais curtos.
Entendemos pois que a ESACB desempenha um importante papel na coesão socioeconómico do território como foi referido por alguns membros do Conselho Geral.
No mínimo que seja conservada o vocábulo identitário desta escola.

5. Outros aspetos sobre os quais entendam pronunciar-se

Outro assunto que deve merecer alguma atenção é a existência/funcionalidade de **Conselhos Técnico-científicos** nas quatro UO.

a) De que forma é que se **articulam com os Departamentos**? Departamentos com uma organização transversal (na horizontal) e CTC/UO vertical.
b) Por exemplo, quem toma a decisão de distribuição de serviço docente? O departamento ou o CTC da unidade orgânica onde é ministrado o curso?
c) Parece evidente neste momento o que irá acontecer no futuro. É uma forma de no futuro obrigar a um único CTC no IPCB, contornando-se a autonomia científica das UO, definida na lei, pela necessidade de funcionamento e operacionalização para tomada de decisão rápida?
d) Se neste momento já existe algum entrave na rapidez de resposta entre as várias UO como será?

Se for esse o caminho defina-se desde já essa vontade / necessidade.

Conclusão

A proposta de reestruturação neste momento disponível na intranet e em acordo com o apresentado no Conselho Geral do IPCB não pode ser classificada **nem de boa nem de má**, por **inexistência** ou **indisponibilidade** de informação que permita uma avaliação objetiva.

Isto é mau porque a decisão de aprovação ou de recusa **não é apoiada** em qualquer base sólida de análise, refletindo tão só opiniões ou convencimentos não consubstanciados.

Os riscos para o futuro da instituição esses sim são evidentes.

Somos da opinião que se for demonstrada a necessidade de reestruturação / reorganização então devem ser devidamente avaliadas todas as opções propostas pela comissão que iniciou o processo, antes de qualquer tomada de decisão "no escuro", que pode hipotecar o futuro da nossa instituição.

A decisão tem que ser tomada sobre bases sólidas, com garantia máxima de sucesso; ou então é preferível não fazer reestruturação.

Identificamos neste momento duas falhas ou carências absolutas. A necessidade de realização de uma **Análise SWOT** e uma análise económica e financeira de **riscos e oportunidades**, esta última já anteriormente justificada; a primeira para, de forma objetiva, identificar pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, de preferência de cada uma das opções inicialmente identificadas.

4.4.